



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ 92.787.118/0001-20

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
30 DE JUNHO DE 2025 e 2024**

Porto Alegre, 30 de junho de 2025.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

ÍNDICE

	Página
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	46

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		30/06/2025	31/12/2024
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		368.772	192.652
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	89.584	93.841
Contas a Receber	(5)	6.358	2.762
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.2) (6)	(861)	(518)
Subvenções a Receber	(7)	234.624	43.553
Estoques	(3.3) (8)	21.529	28.146
Adiantamentos a Empregados	(9)	1.062	716
Tributos a Recuperar		72	36
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	(10)	9.394	8.251
Outras Contas a Receber	(11)	9.570	18.032
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(3.131)	(2.891)
Despesas Antecipadas		571	724
ATIVO NÃO CIRCULANTE		588.035	531.627
Realizável a Longo Prazo	(12)	93.199	80.112
Investimentos	(3.4) (14)	4.015	3.595
Imobilizado	(3.5) (15.1)	488.725	446.688
Direito de Uso de Arrendamentos	(3.7) (15.2)	1.187	323
Intangível	(3.8) (15.3)	909	909
TOTAL DO ATIVO		956.807	724.279
Conta de Compensação HFB – Ofício 62/2024	(3.11)(41)	40.987	-
TOTAL DO ATIVO – CONTA DE COMPENSAÇÃO		997.794	724.279

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		30/06/2025	31/12/2024
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		1.095.573	716.613
Fornecedores	(17)	55.995	17.799
Obrigações Trabalhistas	(18)	26.197	23.866
Obrigações Tributárias	(20)	23.240	41.526
Provisões Trabalhistas	(19)	216.986	140.182
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22.1)	498.637	447.046
Subvenções a Realizar	(23)	213.453	36.095
Arrendamentos a Pagar	(3.9) (24)	933	324
Outras Contas a Pagar	(25)	60.132	9.775
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		489.800	478.229
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22.2)	483.050	472.069
Provisão para Riscos Fiscais	(21)	6.404	6.160
Arrendamentos a Pagar	(24)	346	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(628.566)	(470.563)
Capital Social	(26)	336.785	270.303
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	20.505	66.482
Reserva de Reavaliação em Bens Próprios	(28)	16.402	16.594
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29)	39.857	40.316
Prejuízos Acumulados		(1.042.115)	(864.258)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		956.807	724.279
Conta de Compensação HFB – Ofício 62/2024	(3.11)(41)	40.987	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTA DE COMPENSAÇÃO		997.794	724.279

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Exercício Atual	Período Anterior	Exercício Anterior
		01/04/2025 30/06/2025	01/01/2025 30/06/2025	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024
RECEITA BRUTA		1.714	3.761	1.104	1.574
Prestação de Serviços	(30)	1.714	3.761	1.104	1.574
RECEITA LÍQUIDA		1.714	3.761	1.104	1.574
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(31)	(593.021)	(1.136.443)	(476.349)	(924.689)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(591.307)	(1.132.682)	(475.245)	(923.115)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(112.820)	(215.869)	26.659	(42.496)
Despesas Gerais e Administrativas	(32)	(79.642)	(148.673)	(45.757)	(86.863)
Outras Receitas Operacionais	(34)	5.982	9.546	5.322	9.173
Outras Despesas Operacionais	(35)	(39.160)	(76.742)	67.094	35.194
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(704.128)	(1.348.551)	(448.586)	(965.611)
Despesas Financeiras	(37)	(12)	(431)	(1)	(127)
Receitas Financeiras	(38)	2.647	7.497	3.725	6.534
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL		(701.493)	(1.341.485)	(444.862)	(959.204)
SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(39)	587.501	1.162.977	508.855	980.137
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(40)	(113.992)	(178.508)	63.993	20.933
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM REAIS		1,00	1,57	0,57	0,19

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Exercício Atual	Período Anterior	Exercício Anterior
		01/04/2025 30/06/2025	01/01/2025 30/06/2025	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024
PREJUÍZO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	(40)	(113.992)	(178.508)	63.993	20.933
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	96	192	96	192
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29)	229	459	233	466
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR		(113.667)	(177.858)	64.322	21.591

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM

30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(valores em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2024		234.036	36.267	16.978	41.247	(856.141)	(527.613)
Aumento de Capital	(26)	36.267	(36.267)	-	-	-	29.247
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	-	29.247	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	-	(192)	-	192	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29)	-	-	-	(466)	466	-
Lucro/Prejuízo do Período	(40)	-	-	-	-	20.933	20.933
Saldos em 30 de junho de 2024		270.303	29.247	16.786	40.781	(834.550)	(477.433)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2025		270.303	66.482	16.594	40.316	(864.258)	(470.563)
Aumento de Capital	(26)	66.482	(66.482)	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	-	20.505	-	-	-	20.505
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	-	(192)	-	192	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29)	-	-	-	(459)	459	-
Lucro (Prejuízo) do Período	(40)	-	-	-	-	(178.508)	(178.508)
Saldos em 30 de junho de 2025		336.785	20.505	16.402	39.857	(1.042.115)	(628.566)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		30/06/2025	30/06/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Período	(40)	(178.508)	20.933
Ajustes para:			
Depreciações e Amortizações	(15.1) (15.2)	15.265	11.633
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	985	228
Perdas Estimadas com Estoques		419	59
Custo do Imobilizado Baixado ou Indenizado		311	96
Provisões e Reversões		73.583	(36.528)
Realização das Subvenções para Custeio	(39)	(1.162.977)	(980.137)
Doações Recebidas		(2.001)	(3.382)
Resultado do Período Ajustado		(1.252.923)	(987.098)
Redução (Aumento) de Ativos:			
Contas a Receber		(3.699)	(169)
Subvenções a Receber		(191.072)	(176.385)
Estoques		(34.789)	(3.823)
Depósitos Vinculados ou Restituíveis		(1.142)	(127)
Outras Contas a Receber		(6.271)	60.370
Contas de compensação		40.987	-
Aumento (Redução) de Passivos:			
Fornecedores		38.196	19.638
Subvenções a Realizar		177.358	163.320
Provisões para Indenizações Cíveis e Trabalhistas		(11.283)	(10.169)
Outras Contas a Pagar e Provisões		112.162	16.191
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		(1.132.476)	(918.252)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(15.1) (15.3)	(57.265)	(47.405)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(57.265)	(47.405)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Subvenções para Custeio	(39)	1.162.977	980.137
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	20.505	29.247
Doações Recebidas		2.001	3.382
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		1.185.483	1.012.766
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4.257)	47.109
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		(4.257)	47.109
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		93.841	49.747
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	(4)	89.584	96.856
COMPOSIÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		89.584	96.856
Disponibilidades em Conta Corrente		172	60
Disponibilidades em Aplicações Financeiras		89.412	96.796

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

DEMONTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		30/06/2025	30/06/2024
RECEITAS		1.175.300	990.656
Prestação de Serviços	(30)	3.761	1.574
Subvenção para Custeio	(39)	1.162.977	980.137
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(888)	(228)
Outras Receitas	(34)	9.450	9.173
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(261.603)	(189.042)
Custo dos Serviços Prestados		(203.047)	(166.096)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(50.446)	(20.343)
Provisão para Indenizações Cíveis		(7.866)	(2.404)
Provisão para Riscos Fiscais		(244)	(199)
VALOR ADICIONADO BRUTO		913.697	801.614
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(15.1) (15.2)	(15.265)	(11.633)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		898.432	789.981
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		7.497	6.534
Receitas Financeiras	(38)	7.497	6.534
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		905.929	796.515
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		905.929	796.515
Pessoal		1.075.844	770.915
Remuneração Direta		931.381	673.175
Benefícios		79.237	41.024
FGTS		65.226	56.716
Impostos, Taxas e Contribuições		116	50
Federais		-	-
Estaduais		-	-
Municipais		116	50
Remuneração de Capitais de Terceiros		8.477	4.617
Juros		432	127
Aluguéis		8.045	4.490
Remuneração de Capitais Próprios		(178.508)	20.933
Resultado do Exercício	(40)	(178.508)	20.933

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(valores em milhares de reais)

NOTA 1 CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, configura-se como empresa pública de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo controle acionário é exercido pela União. Sua regência normativa emana do Decreto nº 7.718, de 4 de abril de 2012, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, de seu estatuto social e da legislação aplicável.

Dotada de interesse e utilidade pública, a Sociedade tem por finalidade precípua, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento, a gestão, o desenvolvimento e a execução de ações e serviços de saúde, abrangendo a manutenção de estabelecimentos hospitalares, bem como atividades de ensino técnico e superior, e pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos na área da saúde, em consonância com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do Sistema Único de Saúde. A administração do Hospital Nossa Senhora da Conceição é exercida pelo Conselho de Administração (CA), órgão colegiado de deliberação estratégica e controle de gestão, e pela Diretoria Executiva (DE), órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por membros indicados pelo Ministério da Saúde (MS), pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), pelo Diretor-Presidente e por um representante indicado pelos empregados. A Diretoria Executiva (DE) é integrada pelo Diretor-Presidente, pelo Diretor Administrativo e Financeiro, pelo Diretor de Atenção à Saúde e pela Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação. No exercício de 2024, o Hospital Nossa Senhora da Conceição estabeleceu uma filial no Estado do Rio de Janeiro, em atendimento às disposições de descentralização de serviços contidas no Termo de Execução Descentralizada nº 49/2024 e na Portaria/MS nº 5.514, de 14 de outubro de 2024.

NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As presentes demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da legislação societária (Lei nº 6.404/76 e suas alterações, bem como a Lei nº 11.638/07), às Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, orientações e interpretações emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e às diretrizes do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, nos termos da Lei nº 4.320/64. A moeda funcional utilizada para fins de apresentação é o real (R\$).

As demonstrações contábeis foram submetidas à aprovação da Diretoria Executiva (DE) em 21 de julho de 2025.

NOTA 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, discriminam-se as bases de reconhecimento e mensuração empregadas na elaboração das presentes demonstrações, assim como as principais práticas contábeis adotadas pela Entidade:

3.1 Receitas e Despesas – O reconhecimento das receitas e despesas observa o princípio do regime de competência. As receitas provenientes de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado do período em que os recursos são efetivamente utilizados, em consonância com o item 2 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

3.2 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Constituída de acordo com o Art. 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo Art. 8º da Lei nº 13.097/15 e com o Art. 71 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017 (Nota 6).

3.3 Estoques – São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (Nota 8).

3.4 Investimentos – As participações societárias em outras entidades são ajustadas ao seu valor de mercado, e os demais investimentos, ao seu valor de realização estimado, sendo tais ajustes efetuados mediante a constituição ou reversão de provisões para perdas, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 14.

3.5 Imobilizado – O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente em conformidade com a legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997, os terrenos e edificações foram objeto de reavaliação por empresa especializada. Desde o exercício de 2009, a depreciação é calculada pelo método linear, incidente sobre o custo dos ativos, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a sua utilização, fundamentado em laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros são suportadas por contratos de cessão de uso com prazo de vigência indeterminado, sendo depreciadas em consonância com o prazo de vida útil estimado para os respectivos bens, o qual varia entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, reconhecida no imobilizado, foi calculada com base no prazo estabelecido nos contratos de locação dos imóveis. No exercício de 2010, adotou-se o custo atribuído (*deemed cost*) em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, o que gerou um ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os referidos ajustes foram reconhecidos em subcontas específicas do imobilizado.

3.6 Teste de Impairment – O teste de *impairment* (redução ao valor recuperável) deve ser aplicado com o objetivo de verificar a existência de evidências objetivas que indiquem uma potencial desvalorização de um ativo. Um ativo sofre perda por *impairment* quando há indícios objetivos de que um evento de perda ocorreu subsequentemente ao seu reconhecimento inicial e que tal evento gerou um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros esperados, desde que estes possam ser estimados com razoável grau de confiabilidade. No Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., a depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada no tempo de vida útil estimada. Adicionalmente, em consonância com o item 6 do Manual de Administração Patrimonial de Bens do Imobilizado do GHC e o Inciso IV do Artigo 3º do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, os bens cujo custo de recuperação ou manutenção exceda 50% do seu valor de mercado são considerados irre recuperáveis e, conseqüentemente, baixados do ativo. Em seu parecer datado de 31 de março de 2019, o Comitê de Análise do Patrimônio concluiu que, em face dos critérios de depreciação e baixa de ativos adotados pela Entidade, "não existem evidências objetivas que justifiquem a realização de teste de recuperabilidade para os ativos do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e suas filiais".

3.7 Direito de Uso de Arrendamentos – Este ativo representa o direito do arrendatário de utilizar o ativo subjacente ao longo do prazo do arrendamento e encontra-se reconhecido no ativo não circulante (Notas Explicativas nº 3.9 e 15.2).

3.8 Intangível – O ativo intangível está apresentado ao custo de aquisição. A partir do exercício de 2009, a amortização é calculada linearmente, com base no tempo de vida útil estimado para a fruição dos respectivos bens (Nota Explicativa nº 15.3).

3.9 Arrendamentos – Estes representam os contratos de arrendamento que transferem o direito de utilizar um ativo por um período determinado, em contrapartida a uma remuneração, transferindo substancialmente os riscos e os benefícios inerentes ao ativo do arrendador para o arrendatário. Após análise minuciosa de todos os contratos de locação, aqueles que se enquadraram nos critérios estabelecidos pela Norma Brasileira de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, tiveram reconhecidos o direito de uso e a respectiva depreciação no ativo não circulante, bem como a obrigação correspondente no passivo circulante e não circulante (Notas Explicativas nº 3.7 e 24).

3.10 Provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda – Embora a Entidade seja isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) desde 2016, em virtude da obtenção da Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS), obteve em 20 de novembro de 2018, por decisão judicial, a imunidade relativamente às contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e para a própria CSLL. Em decorrência, a provisão para esses tributos não é mais calculada, situação análoga à do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) desde o reconhecimento da imunidade tributária incidente sobre os impostos em 2015.

3.11 Contas de Compensação – No primeiro semestre de 2025, em consonância com os preceitos da NBC TG 00 - Escrituração Contábil, utilizou-se conta de compensação para o controle e registro do estoque recebido por ocasião da descentralização dos serviços, conforme disposto na Portaria nº 5.514, de 14 de outubro de 2024. Em observância ao artigo 7º, parágrafo único, da referida portaria, o controle patrimonial dos referidos estoques permanecerá sendo realizado por meio de conta de compensação até a emissão de atos normativos complementares pelo Ministério da Saúde.

NOTA 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Numerário Disponível	172	5
Aplicações Financeiras	89.412	93.836
Total	89.584	93.841

São recursos, em moeda nacional, depositados na conta única do governo federal e aplicações financeiras de liquidez imediata, mensurados e avaliados pelo valor do custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

NOTA 5 CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Créditos com Pesquisas	2.708	159
Sócios Locatários	42	38
Outros Clientes – Estágios	3.608	2.565
Total	6.358	2.762

5.1 Créditos com Pesquisas – São créditos a receber referentes a 10% do valor pago pelos patrocinadores da pesquisa clínica aos médicos contratados para avaliar a eficácia e a segurança de um novo medicamento ou procedimento, após aprovação ética do estudo. O valor cobrado visa cobrir o custo hospitalar incluindo os exames realizados.

5.2 Sócios Locatários – São créditos a receber de pessoas físicas que possuem contrato assinado pelo antigo fundador do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que concede a eles o direito vitalício de morar nas dependências do Hospital, com direito a assistência médica e ressarcimento das despesas com o seu funeral. Os créditos a receber se referem ao valor cobrado mensalmente pela alimentação fornecida, que corresponde a 50% do salário mínimo nacional.

5.3 Outros Clientes – Estágios – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referentes a estágios realizados nas diversas unidades do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. por alunos de outras instituições de ensino, da área da saúde, como medicina, fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, odontologia, graduação e técnicos de enfermagem, radiologia e nutrição.

NOTA 6 PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Contas	Período Atual				Período Anterior			
	30/06/2025				31/12/2024			
	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas	Total	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas	Total
ATIVO CIRCULANTE								
Contas a Receber								
Sócios Locatários	(38)	-	-	(38)	(37)	(1)	-	(38)
Outros Clientes	(480)	(442)	99	(823)	(389)	(125)	34	(480)
Subtotal	(518)	(442)	99	(861)	(426)	(126)	34	(518)
Outras Contas a Receber								
Devolução e Abat. a Fornecedores	(2.677)	(349)	170	(2.856)	(2.830)	(367)	520	(2.677)
Adiantamentos a Empregados	(119)	(146)	-	(265)	(187)	(109)	177	(119)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(96)	(10)	96	(10)	(96)	-	-	(96)
Subtotal	(2.892)	(505)	266	(3.131)	(3.113)	(476)	697	(2.892)
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Município de Porto Alegre	(3.335)	-	-	(3.335)	(3.335)	-	-	(3.335)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(5.035)	-	-	(5.035)	(5.035)	-	-	(5.035)
Multimed Equip. Eletrônicos Ltda.	(84)	-	-	(84)	(84)	-	-	(84)
Africanamente Centro de Pesquisas	(69)	(3)	-	(72)	(61)	(8)	-	(69)
Funcionários	(138)	(34)	-	(172)	-	(143)	4	(138)
Subtotal	(8.661)	(37)	-	(8.698)	(8.515)	(151)	4	(8.661)
Total	(12.071)	(984)	365	(12.690)	(12.054)	(753)	735	(12.071)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

NOTA 7 SUBVENÇÕES A RECEBER

Contas		Período Atual				
		30/06/2025				
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento	Suplementação/ Remanejo	Valor Recebido	Remanejo/ Canc/Dev	Saldo Final
Manutenção do Custeio	13.139	322.000	-	(169.183)	(535)	165.421
Reformas	2.581	-	5.670	(6.338)	-	1.913
Crédito Extraordinário MP - 1218/24	702	-	-	(664)	(38)	-
Termo de Execução Descentralizada de Recursos 49/2024 - HFB	14.500	40.162	-	-	(3)	54.659
Termo de Execução Descentralizada de Recursos 151/2024 - MS	12.631	-	-	-	-	12.631
Total	43.553	362.162	5.670	(176.185)	(576)	234.624

Contas		Período Anterior				
		31/12/2024				
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento	Suplementação/ Remanejo	Valor Recebido	Remanejo/ Canc/Dev	Saldo Final
Manutenção do Custeio	37.094	275.673	13.000	(314.784)	2.156	13.139
Reformas	6.598	3.358	-	(7.876)	501	2.581
Atenção à Saúde	326	-	-	(326)	-	-
Crédito Extraordinário MP - 1218/24	-	-	62.500	(66.121)	4.323	702
Termo de Execução Descentralizada de Recursos 49/2024 - HFB	-	-	14.500	-	-	14.500
Termo de Execução Descentralizada de Recursos 151/2024 - MS	-	-	12.631	-	-	12.631
Total	44.018	279.031	102.631	(389.107)	6.980	43.553

Em atendimento à Resolução nº 2017 - NBC TG 07 (R2) do Conselho Federal de Contabilidade, que normatiza a contabilização de Subvenção e Assistência Governamentais, registra-se que as subvenções para custeio a receber do Ministério da Saúde estão evidenciadas no ativo circulante, com a correspondente contrapartida no passivo circulante, pelo montante integral dos recursos disponibilizados para o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. no âmbito do Orçamento da Seguridade Social.

Os valores reconhecidos decorrem da aprovação legislativa consubstanciada na Lei Orçamentária Anual nº 15.121, de 10 de abril de 2025, e na Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024. A subsequente transferência dos recursos pelo ente governamental, em consonância com o fluxo financeiro da Instituição, implica a baixa dos respectivos saldos contábeis (vide Notas Explicativas nº 23 e 39). As subvenções destinam-se ao financiamento das seguintes categorias de dispêndio:

7.1 Manutenção do Custeio – São os recursos recebidos pela prestação de serviços que integram o Orçamento da Seguridade Social.

7.2 Reformas e Demais Custeios – Referem-se à cobertura de despesas relacionadas à manutenção de bens imóveis e à execução de intervenções de reforma.

7.3 Atenção à Saúde – Consiste nos recursos orçamentários alocados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. por meio da Emenda Parlamentar nº 19/2023, com o objetivo de financiar ações de atenção à saúde nos serviços ambulatoriais e hospitalares ofertados no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

7.4 Crédito Extraordinário MP 1218/2024 – Representa o reforço de dotação orçamentária, operacionalizado mediante a alocação de recursos de natureza extraordinária, destinado a atender às medidas emergenciais deflagradas em decorrência do estado de calamidade pública formalmente reconhecido no Estado do Rio Grande do Sul. A instituição deste instrumento fundamenta-se nos eventos climáticos adversos de magnitude e abrangência sem precedentes, que ocasionaram prejuízos significativos e inesperados à população e à dinâmica das atividades econômicas nas diversas regiões impactadas.

7.5 Termo de Execução Descentralizada de Recursos – Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram formalmente autorizados os seguintes Termos de Execução Descentralizada: TED nº 49/2024, no valor de R\$ 14.500.000,00, e TED nº 151/2024, no montante de R\$ 12.630.885,00. No primeiro trimestre de 2025 ocorreu o destaque de R\$ 40.162.000,00 referente a TED nº 49/2024.

NOTA 8 ESTOQUES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Almoxarifados	16.129	22.627
Farmácias	3.359	3.330
Subalmoxarifados	2.688	2.473
Perdas Estimadas com Estoques	(631)	(284)
Estoques em Poder de Terceiros	(16)	-
Total	21.529	28.146

A composição dos estoques abrange materiais destinados ao consumo no processo de prestação de serviços de saúde, sendo sua apresentação segregada por local de armazenamento. A avaliação dos estoques é efetuada pelo método do custo médio ponderado de aquisição, o qual reflete a média dos custos incorridos nas aquisições dos itens. Os itens integrantes do ativo circulante classificados como estoques são reconhecidos no resultado do período, em observância ao princípio da competência, no momento de seu consumo nas atividades operacionais da Entidade, conforme tabela a seguir do comparativo do 1º semestre dos exercícios:

Estoques reconhecido como despesas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	30/06/2024
Consumo dos Serviços Prestados	123.540	102.634
Consumo Geral e Administrativo	22.528	3.221
Total	146.068	105.855

Este montante compreende os custos diretamente atribuíveis a atividades operacional da entidade e os custos indiretos com as atividades administrativas.

NOTA 9 ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Salários – Saldo Devedor	839	689
Décimo Terceiro Salário	-	-
Vale Transporte	34	27
Suprimento de Fundos	189	-
Total	1.062	716

O vale transporte e o saldo devedor são valores que não puderam ser descontados dos empregados por estarem afastados do trabalho sem receber salário, ou estão sendo descontados parceladamente. O valor do suprimento de fundos se refere ao limite de crédito colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal.

NOTA 10 DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas	Período Atual					Período Anterior				
	30/06/2025					31/12/2024				
	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final
Retido de Fornecedores	8.251	2.209	335	1.401	9.394	5.419	4.394	1.038	(2.600)	8.251
Trabalhistas	-	-	-	-	-	56	-	2	(58)	-
Total	8.251	2.209	335	1.401	9.394	5.475	4.394	1.040	(2.658)	8.251

Os valores retidos de fornecedores em cumprimento ao Art. 45, Inciso IX, Alínea “a” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC, visam garantir o pagamento dos encargos trabalhistas quando devidos pelas empresas terceirizadas aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar.

NOTA 11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	191	317
Cessão de Pessoal a Outras Entidades	14	127
Devoluções, Abatimentos e Multas a Fornecedores	4.358	4.552
Adiantamentos a Terceiros	1.514	1.005
Processos Seletivos	2.317	609
Créditos a Receber de Ações Judiciais	-	10.347
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	20	16
Outros Créditos a Receber – Aluguéis	9	10
Outros Créditos a Receber – Exclusividade Prestação Serviços Bancários	990	888
Outros Créditos a Receber – Rendimento de Aplicações Financeiras	153	142
Outros Créditos a Receber – Gestão Cadastro Empréstimos Consignados	4	19
Total	9.570	18.032

11.1 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – Os valores registrados nesta conta têm relação com o ressarcimento de salários dos empregados públicos do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que foram cedidos a diversas Secretarias Municipais do Estado do Rio Grande do Sul e para as Secretarias de Saúde dos Estados do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e do Distrito Federal.

11.2 Cessão de Pessoal a Outras Entidades – Trata-se do ressarcimento de salários pagos a dois funcionários cedidos, sendo um para o Conselho Federal de Enfermagem e outro para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

11.3 Devoluções, abatimentos e multas a fornecedores – São créditos a receber de fornecedores por devolução de mercadorias, abatimentos (glosas) e multas aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais.

11.4 Adiantamentos a Terceiros – São valores pagos aos fornecedores de vale transporte a ser creditado aos funcionários no início do próximo mês.

11.5 Processos Seletivos – São créditos a receber oriundos de taxas de inscrição em concursos públicos arrecadadas por empresas contratadas pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. para elaboração de processos seletivos.

11.6 Créditos a Receber de Ações Judiciais – Referem-se a um termo de transação com o Município de Porto Alegre – RS, datado de 12 de maio de 2016, sobre a ação judicial de repetição de indébito, referente à imunidade dos tributos municipais. O valor a receber em 2024 de R\$ 10.347 corresponde ao saldo de duas parcelas, uma com vencimento em julho de 2018 e outra em julho de 2019 devidamente atualizadas pela UFM. Em decorrência das dificuldades do município em dispor de recursos financeiros e as necessidades do GHC de dispor de terrenos e imóveis para qualificação das suas Unidades Básicas de Saúde, está sendo negociada a execução do termo de transação. No exercício de 2025 o saldo foi reclassificado para o longo prazo dado a incerteza de recebimento até o findar do próximo exercício.

11.7 Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais – Resultam dos seguintes acordos judiciais : a) em fevereiro de 2015 com a empresa Tops Consultoria Empresarial Ltda. no valor original de R\$ 5 a ser recebido em seis parcelas atualizadas pelo IGP-M, das quais foram recebidas somente quatro, b) acordo com decisão homologada judicialmente referente a danos patrimoniais públicos em 24 parcelas, c) acordo

judicial com ex funcionário.

11.8 Outros Créditos a Receber – São créditos a receber referentes a aluguéis de áreas físicas para associações de funcionários e, também, de uma sala destinada a cafeteria localizada no pavimento térreo do Centro Administrativo do GHC, locada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP, a 3ª parcela do contrato de exclusividade, pela prestação de serviços bancários, pagamento da folha, depósitos judiciais do Banco do Brasil S.A com validade de abril de 2025 a abril de 2030, pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados efetuadas pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda. e rendimentos de aplicações financeiras.

NOTA 12 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Convênio	72	69
Créditos e Valores – Clientes	40.127	40.127
Créditos e Valores – Repetição de Indébito Cível	215	215
Crédito e Valores – Empregados	277	187
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	19.309	19.196
Depósitos Judiciais Trabalhistas	16.179	16.943
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – COFINS	732	713
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ICMS	1.502	1.464
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Municipais	23.025	9.401
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ADIR/Estadual	439	431
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	20	27
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(8.698)	(8.661)
Total	93.199	80.112

12.1 Convênio – Refere-se ao valor repassado, em 27 de janeiro de 2010, à entidade conveniada denominada Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais foram recebidas somente quarenta parcelas, restando vinte parcelas a receber.

12.2 Créditos e Valores: a) De Clientes – São valores faturados contra o Município de Porto Alegre/RS pelos serviços prestados durante os meses de maio de 2014 a novembro de 2017, ainda pendentes de recebimento. Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a título de complemento de faturamento. Com a finalidade de realizar esses créditos, o Hospital ingressou com ação judicial de cobrança. b) De Repetição de Indébito Cível – Resultado de uma sindicância no valor de R\$ 84 transferido do ativo circulante para o longo prazo, em maio de 2021, contra a empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. e mais quatro ações de regresso contra a Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. no valor de R\$ 131, totalizando R\$ 215. c) De Crédito e Valores de Empregados – Saldo a receber de funcionários demitidos que não tiveram o desconto em rescisão e de afastados que não podem ser descontados até seu retorno que não há prazo estipulado.

12.3 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 4.935, aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 12.584, Canoas, R\$ 304, Sapucaia do Sul, R\$ 448 e Fortaleza, R\$ 1.038. Os saldos são compostos pelo principal e as devidas atualizações nos casos de precatórios emitidos.

12.4 Depósitos Judiciais Trabalhistas – São valores depositados na Caixa Econômica Federal – CEF para interposição de recursos na justiça do trabalho. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.

12.5 Créditos a Receber de Ações Judiciais – Oriundos de ações judiciais tributárias de repetição de indébito: a) Da COFINS – Está na fase dos precatórios e já foi parcialmente recebida; b) Do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – Está vinculado ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, com precatório emitido. As duas ações estão sendo atualizadas pela SELIC; c) Dos Tributos Municipais – Também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral a ser pago pelo Município de Porto Alegre/RS, cujo acordo assinado em 12 de maio de 2016, deve ser cumprido em várias etapas. A primeira parte já foi recebida na forma de dação em pagamento de um terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, no valor de R\$ 5.889, a segunda parte, no valor de R\$ 11.500, deve ser paga com recursos financeiros, e a terceira parte deverá ser quitada pelo Município com a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R\$ 1.013, e a construção de duas unidades de saúde no valor de R\$ 10.512, totalizando R\$ 23.025; d) Do Adicional de Imposto de Renda – ADIR/Estadual – Pago de outubro de 1991 a outubro de 1993, este processo aguarda o pagamento do precatório nº 116543.

12.6 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Referem-se à provisão para perdas no recebimento dos créditos referentes a cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, importando em R\$ 4.874. Composta também por municípios do mesmo estado em R\$ 3.496. Em maio de 2021, foi transferido para esta conta R\$ 84 referente à provisão para perdas do valor não recebido da empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. relacionado ao resultado da sindicância nº 04/2015. Em maio de 2023, foi reclassificado o convênio Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor de R\$ 72. Por fim compõe este grupo o valor de R\$ 172 referente a saldo devedor de funcionários demitidos ou afastados.

NOTA 13 ATIVOS CONTINGENTES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Contribuições Previdenciárias	1.088.298	1.066.758
Total	1.088.298	1.066.758

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização possível, referente às ações de repetição de indébito das contribuições previdenciárias (INSS Patronal e Terceiros), originárias do processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 24 de agosto de 2018.

NOTA 14 INVESTIMENTOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Participações Societárias	4.055	3.635
Em Outras Empresas	47	47
Em Outros Investimentos – AHPA	4.008	3.588
Perdas Estimadas	(40)	(40)
Em Outras Empresas	(40)	(40)
Total	4.015	3.595

O investimento na AHPA, sem remuneração direta (exceto em caso de retirada com retorno do capital original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme estatuto), enseja o cálculo de provisão/reversão de perdas com base no patrimônio líquido da investida, limitado ao investimento atualizado pelo IGPM-FGV (Art. 49 do estatuto). Até o 2T25, a provisão societária na AHPA apresentou saldo positivo de R\$ 419 (R\$ 115 no 2T24), fundamentada no balancete de maio de 2025, sendo a participação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. de 55,14% do capital social da AHPA.

Balancete Patrimonial e Demonstração do Resultado da AHPA	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Ativo Circulante	6.516	5.396
Ativo Não Circulante	9.351	9.614
Total do Ativo	15.867	15.010
Passivo Circulante	3.726	3.981
Passivo Não Circulante	4.451	4.522
Patrimônio Líquido	5.897	5.845
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	14.074	14.348
Receitas	10.251	21.329
Despesas	(9.879)	(20.667)
Superávit (Déficit) do Período	372	662
Serviços Prestados para Unidades Hospitalares do GHC (em reais)	7.810	13.574
Roupa Processada para o GHC (em quilos)	2.078	5.574

NOTA 15 IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

15.1 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Imobilizado

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2024	01/01/2025 a 30/06/2025			30/06/2025
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
IMOBILIZADO						
Terrenos	-	56.061	-	-	-	56.061
Edificações	10 a 60	251.378	-	-	2.267	253.645
Edificações em Imóveis de Terceiros	50 a 60	367	-	-	-	367
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	50 a 60	3.194	-	-	-	3.194
Instalações	5 a 60	80.560	-	-	3.491	84.051
Instalações em Imóveis de Terceiros	3 a 25	9	-	-	-	9
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	3 a 25	210.122	6.905	(1.386)	17.446	233.087
Outras Máquinas e Equipamentos	3 a 25	10.928	54	(54)	266	11.194
Móveis e Utensílios	3 a 25	26.830	1.540	(114)	1.101	29.356
Veículos	5 a 10	777	-	-	-	777
Equipamentos de Processamento de Dados	3 a 20	48.220	2.549	(291)	12.505	62.983
Construções em Andamento	-	26.759	11.345	-	(5.758)	32.346
Outras Imobilizações em Andamento	-	42.135	34.871	-	(31.318)	45.688
Subtotal		757.340	57.265	(1.845)	-	812.760
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
Edificações	-	(55.690)	(2.503)	-	-	(58.192)
Edificações em Imóveis de Terceiros	-	(244)	(1)	-	-	(245)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	(992)	(24)	-	-	(1.017)
Instalações	-	(41.516)	(1.958)	-	-	(43.474)
Instalações em Imóveis de Terceiros	-	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	-	(148.248)	(6.111)	1.104	-	(153.256)
Outras Máquinas e Equipamentos	-	(6.430)	(269)	48	-	(6.650)
Móveis e Utensílios	-	(17.228)	(811)	97	-	(17.943)
Veículos	-	(711)	(26)	-	-	(737)
Equipamentos de Processamento de Dados	-	(39.585)	(3.214)	286	-	(42.513)
Subtotal		(310.653)	(14.916)	1.534	-	(324.035)
Total		446.688	42.348	(311)	-	488.725

Nota: Vida útil Estimada em Anos

15.2 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Direito de Uso

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2024	01/01/2025 a 30/06/2025			30/06/2025
		Custos	Adições	Depreciação	Transf.	Custos
DIREITO DE USO						
Direito de Uso	1	2.837	1.003	-	-	3.840
Depreciação Acumulada	-	(2.514)	-	(139)	-	(2.653)
Total		323	1.003	(139)	-	1.187

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

15.3 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Intangível

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2024	01/01/2025 a 30/06/2025			30/06/2025
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
INTANGÍVEL						
Software	3	955	-	-	-	955
Marcas e Patentes	-	17	-	-	-	17
Potencial Construtivo	-	892	-	-	-	892
Amortização Acumulada - Software	-	(955)	-	-	-	(955)
Total		909	-	-	-	909

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

Até o 2T25, não se verificaram alterações significativas no saldo da rubrica do ativo intangível. No que concerne aos softwares, embora integralmente amortizados, permanecem em utilização operacional. Os montantes reconhecidos na conta de marcas e patentes referem-se, primordialmente, aos custos incorridos com o registro da marca nominativa “GHC” e com o registro, perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, do pedido de patente (modelo de utilidade) concernente ao equipamento denominado “Sistema de instalação de soluções e aero câmara para aerossóis com porta para sistema fechado de aspiração para pacientes submetidos à Ventilação Artificial”. O ativo representativo de potencial construtivo origina-se de indenização, decorrente de desapropriação promovida pelo município de Porto Alegre/RS, de um imóvel estrategicamente localizado na confluência da Avenida Francisco Trein com a Avenida Grécia. Este ativo será oportunamente utilizado na aprovação do projeto para a edificação de uma nova estrutura predial.

NOTA 16 PARTES RELACIONADAS

16.1 Saldos com Partes Relacionadas

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Investimentos – Associação dos Hospitais de Porto Alegre	4.008	3.588
Total	4.008	3.588

16.2 Efeitos no Resultado

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Serviços de Higienização de Roupas (APHA)	7.810	13.574
Ganhos Estimados com Investimentos (AHPA)	419	819

Legenda: AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.

A Política de Transações com Partes Relacionadas foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de dezembro de 2018 e subsequentemente revisada em 22 de dezembro de 2021, consoante a Ata nº 149 do referido Conselho. A elaboração da referida Política observou estritamente os termos da legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Lei nº 13.303/16 (Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas Subsidiárias), o Decreto nº 8.945/16 (que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.303/16) e a Resolução nº 2014 - NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – do Conselho Federal de Contabilidade. No que tange à Associação dos Hospitais de Porto Alegre (AHPA), a relação estabelece-se por meio do Contrato nº 438/2021, datado de 28 de setembro de 2021, bem como seus aditivos subsequentes, a saber: 321/22, 270/23, 388/23, 473/23, 154/24, 171/24 e 230/24. O objeto do contrato consiste na prestação de serviços especializados de higienização de vestuário e enxoval hospitalar ao Hospital, com prazo de vigência de doze meses, facultando-se a sua prorrogação dentro dos limites legais aplicáveis. A participação societária na AHPA encontra-se detalhadamente descrita na Nota Explicativa nº 14 destas demonstrações contábeis.

16.3 Remuneração Paga ao Pessoal-Chave da Administração

	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2025		30/06/2024	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Diretoria Executiva	4	855	4	775
Remuneração	-	680	-	664
Remuneração Variável a Administradores	-	120	-	59
Um Terço de Férias	-	-	-	-
Gratificação Natalina	-	-	-	-
FGTS	-	55	-	52
Conselho de Administração	5	104	6	108
Conselho Fiscal	3	54	3	54
Comitê de Auditoria	3	74	3	72
Total	15	1.087	16	1.009

Em Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 28 de abril de 2025, deliberou em ata de nº 377 pela eleição dos atuais membros da diretoria executiva para o biênio 2025/2027. A Assembleia Geral Ordinária – AGO, datada de 28 de abril de 2025, deliberou pela aprovação da remuneração dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria, pelo período de 2025-2026, conforme orientação da Secretaria de Coordenação das Empresas Estatais – Ministério da Gestão e Inovação em serviços públicos, contante na nota técnica SEI nº 14764/2025/MGI (49829156), em face ao disposto no artigo 39, inciso X do Decreto nº 12.102 de 08 de julho de 2024, conforme a seguir: a) Administração (Presidente, Diretores e membros do Conselho de Administração) até R\$ 2.955.093,64, b) Conselho Fiscal até 113.166,00 e Comitê de Auditoria até R\$ 150.995,20.

NOTA 17 FORNECEDORES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	55.995	17.799
Total	55.995	17.799

Esta rubrica do passivo circulante representa o montante das obrigações pecuniárias decorrentes da aquisição de bens ou da contratação de serviços. O reconhecimento contábil dos valores correspondentes é efetuado com base nas respectivas notas fiscais e demais documentos comprobatórios de cobrança, os quais culminarão em futura liquidação financeira pela Entidade.

NOTA 18 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas de Fornecedores	178	565
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas na Folha de Pagamento	8.175	7.582
Obrigações Sociais e Previdenciárias – FGTS	10.551	15.440
Obrigações Trabalhistas	7.146	92
Reembolso Pessoal Cedido de Outros Órgãos	147	187
Total	26.197	23.866

18.1 Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas de Fornecedores: Referem-se aos valores retidos a título de contribuição previdenciária incidente sobre o montante das notas fiscais concernentes à prestação de serviços.

18.2 Obrigações Sociais e Previdenciárias – Folha de Pagamento: Referem-se aos valores retidos a título de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de pagamento.

18.3 Obrigações Sociais e Previdenciárias – FGTS: Denotam os montantes concernentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), incidentes sobre a folha de pagamento dos funcionários.

18.4 Obrigações Trabalhistas: Consistem em saldos de salários, originalmente destinados a pagamento, que foram objeto de devolução pela instituição bancária em virtude de inconsistências identificadas nos dados das contas bancárias dos respectivos funcionários.

18.5 Reembolso Pessoal Cedido de Outros Órgãos: Consiste no saldo de reembolso pendente a funcionários cedidos de outros órgãos. Na data de encerramento do 2T2025, o montante referente ao reembolso de dispêndios efetuados por pessoal cedido de outras entidades totalizou R\$ 147.

NOTA 19 PROVISÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Provisão de Férias	159.319	140.182
Provisão para 13º Salário	57.667	-
Total	216.986	140.182

19.1 Provisão de Férias: A provisão para férias é constituída mensalmente, em estrita observância à legislação laboral vigente, abrangendo, adicionalmente, o terço constitucional previsto no ordenamento jurídico.

19.2 Provisão para 13º Salário: A provisão para 13º é constituída mensalmente, em estrita observância à legislação laboral vigente.

NOTA 20 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações Tributárias	23.240	41.526
Total	23.240	41.526

Esta rubrica compreende o montante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os rendimentos do trabalho, declarado por meio do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social). Inclui, outrossim, as demais retenções federais que, em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021, e a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, passaram a ser consolidadas no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) numerado, gerado pela transmissão da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), no início do mês subsequente à ocorrência do respectivo fato gerador. Os valores apurados serão objeto de recolhimento até o vigésimo dia do mês subsequente ao da apuração.

NOTA 21 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2025		31/12/2024	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Contribuições Sociais				
Contribuições Previdenciárias	-	6.404	-	6.160
Total	-	6.404	-	6.160

As contribuições previdenciárias não retidas, referentes aos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros), foram provisionadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021. Tal provisionamento decorre da obtenção de imunidade tributária pelo Hospital, isentando-o do pagamento da cota patronal e de terceiros. Considerando a legislação vigente,

que estabelece a retenção de 20% e não 11% (alíquota efetivamente retida de 2018 a 2021), apurou-se uma diferença de 9% não retida para os contribuintes não abrangidos pelo Mandado de Segurança nº 2003.71.00.034766-2/RS, impetrado pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERGS. Este mandado de segurança dispensa o empregador dos filiados daquele sindicato de reter 20%, permitindo a continuidade da retenção de 11%. A retenção da alíquota de 11% foi aplicada indistintamente a todos os contribuintes individuais, resultando na diferença de 9%. Esta diferença foi objeto de auditoria pela Receita Federal do Brasil, que intimou o Hospital a retificar as Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP's dos exercícios de 2018 e 2019. O processo de fiscalização referente aos exercícios de 2018 e 2019 foi concluído, e os valores devidos, decorrentes das GFIP's retificadas e atualizadas mensalmente, foram pagos até abril de 2023. Embora os exercícios de 2020 e 2021 não tenham sido incluídos na fiscalização da Receita Federal do Brasil, as contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais foram devidamente provisionadas

NOTA 22 PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

22.1 Com Classificação de Risco Praticamente Certo

Contas		Período Atual			
		30/06/2025			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	2.063	356.688	63.451	(11.168)	408.971
Indenização Cível	129	10.664	(673)	(19)	9.972
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	2.193	447.046	62.778	(11.187)	498.637
Contas		Período Anterior			
		31/12/2024			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	2.056	441.646	41.692	(126.650)	356.688
Indenização Cível	110	7.343	3.597	(276)	10.664
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	2.167	528.684	45.289	(126.926)	447.046

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

22.2 Com Classificação de Risco Provável

Contas		Período Atual			
		30/06/2025			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.327	457.990	2.441	-	460.430
Indenização Cível	228	14.038	8.539	-	22.577
Indenização Cível - Imunidade	1	42	1	-	43
Total	1.556	472.069	10.981	-	483.050
Contas		Período Anterior			
		31/12/2024			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.269	399.668	58.322	-	457.990
Indenização Cível	116	11.705	2.332	-	14.037
Indenização Cível - Imunidade	1	1.293	51	(1.302)	42
Total	1.386	412.667	60.705	(1.302)	472.069

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

As provisões para indenizações cíveis e trabalhistas são objeto de reavaliação periódica, em consonância com o estabelecido no Item 59 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e representam a melhor estimativa corrente dos dispêndios prováveis na data do balanço. Para todos os processos judiciais de natureza cível ou trabalhista com probabilidade de perda classificada como praticamente certa, a respectiva provisão encontra-se reconhecida no passivo circulante. Nos casos em que a probabilidade de perda é avaliada como provável, a provisão é alocada no passivo não circulante. Os processos trabalhistas referem-se, fundamentalmente, a demandas judiciais intentadas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, em sua maioria, são promovidos por pacientes e versam, precipuamente, sobre pleitos de indenização por dano moral, reparação por alegado erro médico e constituição de pensionamento vitalício. A partir do exercício de 2020, o orçamento destinado à quitação de precatórios é transferido diretamente ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), entidade responsável pela efetivação dos pagamentos aos beneficiários. Em decorrência, os recursos financeiros correspondentes são repassados diretamente ao referido tribunal, e a provisão anteriormente constituída é baixada. Durante o exercício de 2011, constituiu-se provisão de natureza cível para o pagamento de honorários advocatícios relativos à propositura de ação judicial visando ao reconhecimento de imunidade tributária, esta provisão está contabilizada tanto no passivo circulante quanto no não circulante. Os valores das provisões para processos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados mensalmente por meio de índices de inflação, em estrita conformidade com a determinação judicial específica de cada processo, não havendo, portanto, um índice de correção monetária uniforme para todas as demandas. Os índices de atualização monetária aplicados incluem o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e a Taxa Referencial (TR). Em casos específicos, são aplicados juros de mora à taxa de 0,5% ou 1,0% ao mês, conforme a decisão judicial prolatada.

22.3 Com Classificação de Risco Possível

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2025		31/12/2024	
	Processos ¹	Valores Estimados	Processos ¹	Valores Estimados
Processos Judiciais				
Processos Cíveis	489	101.423	432	97.294
Processos Trabalhistas	1.033	181.726	1.056	185.953
Total	1.522	283.149	1.488	283.247

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

Os processos judiciais e administrativos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são objeto de reconhecimento no passivo. Em consonância com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tais contingências passivas são divulgadas em notas explicativas, fornecendo informações relevantes para a compreensão da potencial exposição da Entidade a obrigações futuras, sem que haja, contudo, o reconhecimento de uma provisão no balanço patrimonial.

NOTA 23 SUBVENÇÕES A REALIZAR

Contas	Período Atual					
	30/06/2025					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Supl/Rem/Extr	Valor Realizado	Cancelado/Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	-	989.252	-	(978.418)	(10.665)	170
Manutenção do Custeio	6.476	322.000	-	(187.358)	(534)	140.584
Reformas	2.434	5.670	-	(2.696)	-	5.408
Atenção à Saúde	1	-	-	-	-	1
Crédito Extraordinário	53	-	-	(15)	(38)	-
Termo de Execução Descentralizada 49/2024 - HFB	14.500	40.162	-	-	(3)	54.659
Termo de Execução Descentralizada 151/2024 - MS	12.631	-	-	-	-	12.631
Total	36.095	1.357.084	-	(1.168.486)	(11.240)	213.453

Contas	Período Anterior					
	31/12/2024					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Supl/Rem/Extr	Valor Realizado	Cancelado/Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	84	1.739.932	-	(1.728.169)	(11.847)	-
Manutenção do Custeio	22.793	275.674	13.000	(304.842)	(149)	6.476
Reformas	6.335	3.358	-	(7.242)	(17)	2.434
Demais Custeios	-	9	-	(9)	-	-
Atenção à Saúde	282	-	-	(269)	(12)	1
Crédito Extraordinário	-	-	62.500	(62.447)	-	53
Termo de Execução Descentralizada 49/2024 - HFB	-	-	14.500	(198)	198	14.500
Termo de Execução Descentralizada 151/2024 - MS	-	-	12.631	-	-	12.631
Total	29.494	2.018.973	102.631	(2.103.176)	(11.827)	36.095

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde foram classificadas no passivo circulante como subvenção para custeio de:

23.1 Subvenções para Despesas com Pessoal – Reconhecidas no passivo pelo recebimento e transferidas para o resultado, como receita, quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Serve para custear as despesas com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, benefícios da folha e indenizações trabalhistas.

23.2 Subvenções para Manutenção do Custeio – A subvenção a receber é reconhecida no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante. À medida que as despesas são pagas com estes recursos, as mesmas, são registradas contabilmente, a subvenção é transferida do passivo circulante para a receita na mesma proporção.

23.3 Subvenções para Reformas - Servem para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas). O valor a receber é reconhecido no ativo circulante (nota 7) tendo como contrapartida o passivo circulante e a transferência para o resultado, em conta da receita, ocorre na mesma proporção das despesas que são pagas com esta receita, contabilizada pelo regime de competência.

23.4 Atenção à Saúde – Recurso orçamentário recebido por meio da emenda 019/2023 para atender projetos de atenção à Saúde em serviços ambulatoriais e hospitalares.

23.5 Crédito Extraordinário – Em maio de 2024 foi recebido um crédito extraordinário de R\$ 62.500, a fim de atendimento de medidas emergenciais em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

23.6 Termo de Execução Descentralizada – Termo de Execução Descentralizada de Recursos – No exercício de 2024, foram autorizados dois Termos de Execução Descentralizadas: TED nº 49/2024 no valor de R\$ 14.500.000 e TED nº 151/2024 no valor de R\$ 12.630.885. No primeiro trimestre de 2025 ocorreu o destaque de R\$ 40.162.000 referente a TED nº 49/2024.

NOTA 24 ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2025		31/12/2024	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Arrendamentos Imobiliários				
Saldo no Início do Período	324	-	133	-
Reajuste	410	86	463	-
Pagamento	(286)	-	(536)	-
Transferência	23	(23)	59	(59)
Novo Contrato	462	284	205	59
Saldo no Final do Período	933	347	324	-

Estas operações se enquadram, a partir de 1º de janeiro de 2019, na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Em 2019, por ocasião da adoção inicial, foram analisados todos os contratos vigentes em que o Hospital é o arrendatário, destes apenas três de locação de imóveis como arrendatário se enquadraram na referida norma. No exercício de 2025 estão vigentes cinco contratos de aluguéis.

NOTA 25 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Outras Contas a Pagar		
Obrigações com Entidades Públicas - TED	50.465	1.500
Depósitos Retidos de Fornecedores	9.394	8.258
Contribuições e Consignações de Empregados	87	17
Suprimento de Fundos	186	-
Total	60.132	9.775

25.1 Obrigações com Entidades Públicas - TED – Compreende transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendente de comporvação em Termo de Cumprimento de Objeto.

Ano de Cel.	Número da TED	Dcentralizadora	Valor Recebido
2024	49/2024	União – MS	50.464.654,83
2024	151/2024	União – MS	-
Total			50.464.654,83

25.2 Depósitos Retidos de Fornecedores – São valores retidos dos fornecedores de prestação de serviços com cessão de mão de obra, com base no Art. 45, Inciso IX, Alínea “a”, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC. O valor retido é depositado em conta vinculada no Banco do Brasil S.A. e está registrado no ativo circulante na conta de depósitos vinculados ou restituíveis. A baixa ocorrerá somente quando o valor for liberado para o fornecedor, após este comprovar que cumpriu todas as obrigações previstas na referida legislação.

25.3 Contribuições e Consignações de Empregados – Refere-se a valores devolvidos para a conta.

25.4 Suprimento de Fundos – Correspondem ao valor do suprimento de fundos (limite de crédito) colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal, utilizado para fazer pequenas compras. Representa o compromisso assumido pelo Hospital em pagar a fatura do cartão de crédito, quando aprovada a prestação de contas do suprido, no prazo máximo de sessenta dias. A contrapartida está registrada no ativo circulante na conta de adiantamentos a empregados (Nota 9).

NOTA 26 CAPITAL SOCIAL

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2025		31/12/2024	
	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Ações				
Ordinárias	108.511.628	323.289	108.511.628	259.471
Preferenciais	4.530.000	13.496	4.530.000	10.832
Total	113.041.628	336.785	113.041.628	270.303

O capital social da entidade, integralmente pertencente à União e totalmente realizado, é composto por ações sem valor nominal. Estatutariamente, prevê-se a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual equivalente a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, assegura-se aos acionistas detentores de ações preferenciais prioridade no recebimento de dividendos anuais de 10%, superiores à remuneração destinada às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2025, deliberou-se pela capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), ingressado no exercício de 2024, no montante de R\$ 66.482 milhões.

NOTA 27 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Capital Social		
Saldo no Início do Período	66.482	36.267
Valor Capitalizado	(66.482)	(36.267)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Recebidos	20.505	66.482
Saldo no Final do Período	20.505	66.482

Nesta conta, estão classificados os recursos recebidos e utilizados no pagamento das aquisições de bens móveis e imóveis. O montante recebido durante o ano é capitalizado no ano seguinte até a data limite da aprovação das contas do exercício, em que ocorrer a transferência, conforme determina o Art. 2º, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, alterado pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, (Nota 26). Os valores recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital no exercício de 2024, no total R\$ 66.482, foram capitalizados por deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

NOTA 28 RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM BENS PRÓPRIOS

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/06/2025			31/12/2024		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	9.030	-	9.030	9.030	-	9.030
Edificações	7.564	(192)	7.372	7.948	(385)	7.564
Total	16.594	(192)	16.402	16.978	(385)	16.594

Em 25 de agosto de 1997, procedeu-se à reavaliação dos ativos imobilizados tangíveis, compreendendo terrenos e edificações, por intermédio de laudo elaborado por perito avaliador independente. O objetivo desta reavaliação consistiu na equiparação dos valores contábeis dos referidos bens aos seus respectivos valores de mercado, visando a fidedignidade e a comparabilidade das informações patrimoniais.

NOTA 29 AJUSTES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29 Ajustes de Avaliação Patrimonial

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/06/2025			31/12/2024		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	26.995	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	13.321	(459)	12.862	14.252	(931)	13.321
Total	40.316	(459)	39.857	41.247	(931)	40.316

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da ICPC 10, Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, em 2010 foi apurado o custo atribuído (deemed cost) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante, valores estes que foram baixados com o reconhecimento da imunidade tributária do IRPJ em 2015 e a isenção da CSLL obtida com a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) em 2016. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados.

NOTA 30 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contas	Período Atual	Exercício Atual (a)	Período Anterior	Exercício Anterior (b)	Varição Período(a/b)
	01/04/2025 30/06/2025	01/01/2025 30/06/2025	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	
Receitas					
Receitas com Pesquisas	566	2.582	599	1.066	142%
Receitas com Estágios	1.144	1.172	503	503	133%
Receitas com Sócios Locatários	4	7	2	5	40%
Total	1.714	3.761	1.104	1.574	139%

Nesta conta está registrada a receita da prestação de serviços de pesquisas, estágios e da taxa de alimentação dos sócios locatários (Nota 5).

NOTA 31 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Contas	Período Atual	Exercício Atual(a)	Período Anterior	Exercício Anterior(b)	Variação Período(a/b)
	01/04/2025 30/06/2025	01/01/2025 30/06/2025	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	
Custos dos Serviços					
Salários e Encargos	(390.952)	(774.183)	(329.895)	(654.541)	18%
Benefícios da Folha de Pagamento	(42.310)	(70.174)	(20.555)	(36.409)	93%
Provisões Trabalhistas	(46.368)	(70.319)	(36.738)	(53.713)	31%
Consumo de Material	(62.430)	(123.541)	(50.644)	(102.634)	20%
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	(9.778)	(17.840)	(6.783)	(13.196)	35%
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(35.671)	(69.617)	(27.479)	(55.772)	25%
Depreciações/Amortizações	(5.464)	(10.700)	(4.236)	(8.386)	28%
Encargos Tributários	(47)	(69)	(19)	(38)	82%
Total	(593.020)	(1.136.443)	(476.349)	(924.689)	23%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação %
	30/06/2025	30/06/2024	
Empregados Efetivos	10.117	9.157	10%
Empregados Temporários	29	776	-96%
Empregados Temporários – HFB	1.562	-	100-
Médicos Residentes	438	413	6%
Residentes Multiprofissionais	134	135	-1%
Total	12.280	10.481	17%

O custo dos serviços prestados abrange a totalidade dos custos diretos inerentes à produção dos serviços assistenciais, incluindo remunerações e encargos sociais, benefícios concedidos em folha (tais como auxílio-creche, vale-transporte e vale-alimentação), provisões para obrigações trabalhistas, consumo de materiais médico-hospitalares e de expediente, despesas com serviços de terceiros prestados por pessoas físicas (médicos residentes e profissionais da residência multiprofissional) e jurídicas (relativos a estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguros, locações, conservação, reparos e manutenção, dentre outros), depreciação e amortização de ativos, bem como encargos tributários incidentes (a exemplo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU sobre imóveis locados, taxas de coleta de resíduos sólidos, contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e multas fiscais). O montante do custo dos serviços foi determinado com base no dispêndio incorrido por cada setor diretamente vinculado à prestação dos serviços. A majoração observada nos gastos com salários e encargos sociais refere-se a expansão do quadro de pessoal, em consonância com as disposições da Portaria nº 7739/2024, que versa sobre aumento de quadro efetivo para atendimento a filial do Rio de Janeiro, programas de incentivo do Governo Federal e inauguração do Centro de Oncologia. O incremento no custo referente ao consumo de materiais está intrinsecamente relacionado ao aumento generalizado dos preços de diversos insumos, consumo de uma nova filial não ativa no mesmo período de 2024 e também em função do Centro de Oncologia não ativo no mesmo período de 2024.

NOTA 32 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Contas	Período Atual	Exercício Atual(a)	Período Anterior	Exercício Anterior(b)	Variação Período(a/
	01/04/2025	01/01/2025	01/04/2024	01/01/2024	
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2024	
Despesas					
Salários e Encargos	(38.148)	(77.873)	(27.598)	(55.020)	42%
Benefícios da Folha de Pagamento	(2.943)	(5.223)	(1.329)	(2.513)	108%
Provisões Trabalhistas	(5.361)	(8.244)	(3.878)	(5.633)	46%
Consumo de Material	(17.167)	(22.528)	(1.822)	(3.221)	599%
Serviços Profissionais - Pessoa Física	-	(37)	(12)	(12)	208%
Serviços de Terceiros– Pessoa Jurídica	(13.665)	(30.157)	(9.478)	(17.204)	75%
Depreciações/Amortizações	(2.341)	(4.564)	(1.634)	(3.248)	41%
Encargos Tributários	(17)	(47)	(6)	(12)	292%
Total	(79.642)	(148.673)	(45.757)	(86.863)	71%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação %
	30/06/2025	30/06/2024	
Empregados Efetivos	758	723	5%
Empregados Temporários - HFB	279	67	316-
Total	1037	790	31%

As despesas gerais administrativas compreendem todos os gastos inerentes à produção dos serviços assistenciais, incluindo remunerações e encargos sociais, benefícios concedidos em folha (tais como auxílio-creche, vale-transporte e vale-alimentação), provisões para obrigações trabalhistas, consumo de materiais médico-hospitalares e de expediente, despesas com serviços de terceiros prestados por pessoas físicas (médicos residentes e profissionais da residência multiprofissional) e jurídicas (relativos a estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguros, locações, conservação, reparos e manutenção, dentre outros), depreciação e amortização de ativos, bem como encargos tributários incidentes (a exemplo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU sobre imóveis locados, taxas de coleta de resíduos sólidos, contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e multas fiscais). O montante da despesa dos serviços foi determinado com base no dispêndio incorrido. A majoração observada nos gastos com salários e encargos sociais refere-se a expansão do quadro de pessoal, em consonância com as disposições da Portaria nº 7739/2024, que versa sobre aumento de quadro efetivo para atendimento a filial do Rio de Janeiro, programas de incentivo do Governo Federal e inauguração do Centro de Oncologia. O incremento no custo referente ao consumo de materiais está intrinsecamente relacionado ao aumento generalizado dos preços de diversos insumos, consumo de uma nova filial não ativa no mesmo período de 2024 e também em função do Centro de Oncologia não ativo no mesmo período de 2024.

NOTA 33 REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS PAGOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

33.1 Remuneração

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/06/2025			31/12/2024		
	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
Diretoria Executiva	29.017	29.017	29.017	27.680	27.680	27.680
Conselho de Administração	3.144	3.144	3.144	2.999	2.999	2.999
Conselho Fiscal	3.144	3.144	3.144	2.999	2.999	2.999
Comitê de Auditoria	4.193	4.193	4.193	4.000	4.000	4.000
Empregados	46.366	2.449	9.306	44.008	2.406	9.650

Nota: Valores em Unidades de Reais.

33.2 Benefícios a Empregados e Diretores

	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2025		30/06/2024	
	Valores	Média	Valores	Média
Vale Transporte	5.951.238	378	4.998.201	352
Vale Alimentação	62.176.892	968	29.411.073	530
Auxílio Creche	3.432.733	1.038	3.134.092	935
Previdência Complementar	20.049.237	-	-	-
Refeições	3.700.925	12	3.087.540	10
Total	95.311.025		40.630.906	

Nota: Valores em Unidades de Reais.

33.3 Diárias e Ajuda de Custo

	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2025		30/06/2024	
	Diárias	Passagens	Diárias	Passagens
Administradores	55	83	60	112
Empregados	159	229	154	418
Hospital Federal de Bonsucesso	330	440	-	-
Total	544	752	214	530

Nota: Valores em Milhares de Reais.

Em observância à Resolução nº 30, de 04 de agosto de 2022, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, e ao disposto no Art. 12, Inciso I, da Lei nº 13.303/16, combinado com o Art. 19 do Decreto nº 8.945/16, apresenta-se no quadro precedente a remuneração mensal e individual dos membros da alta administração e dos empregados, abrangendo vencimentos base, vantagens pessoais, adicionais, horas extraordinárias e demais despesas inerentes à remuneração paga. Cumpre ressaltar que a linha referente à remuneração dos diretores não contempla os valores percebidos por um dos diretores em decorrência de sua atuação como membro do Conselho de Administração, tampouco o terço constitucional de férias pago anualmente e os depósitos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) efetuados mensalmente em conta vinculada, os quais estão detalhados na Nota Explicativa nº 16.3.

Em Reunião Ordinário do Conselho de Administração, realizada em 28 de abril de 2025, deliberou em ata de nº 377 pela releição dos atuais membros da diretoria executiva para o biênio 2025/2027. A Assembleia Geral Ordinária – AGO, datada de 28 de abril de 2025, deliberou pela aprovação da remuneração dos

Administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria, pelo período 2025-2026, conforme orientação da Secretaria de Coordenação das Empresas Estatais – Ministério da Gestão e Inovação em serviços públicos, contante na nota técnica SEI nº 14764/2025/MGI (49829156), em face ao disposto no artigo 39, inciso X do Decreto nº 12.102 de 08 de julho de 2024, conforme a seguir: a) Administrações (Presidente, Diretores e membros do Conselho de Administração) até R\$ 2.955.093,64, b) Conselho Fiscal até 113.166,00 e Comitê de Auditoria até R\$ 150.995,20. Destaca-se que os benefícios concedidos aos empregados foram apresentados com base nos valores até 2T2025, registrando-se uma média mensal de 2.620 empregados beneficiados com vale-transporte, 10.708 com vale-alimentação e 551 filhos de empregadas com auxílio-creche.

NOTA 34 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual	Exercício Atual(a)	Período Anterior	Exercício Anterior(b)	Varição Período(a/b)
	01/04/2025	01/01/2025	01/04/2024	01/01/2024	
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2024	
Outras Receitas Operacionais					
Doações Recebidas – Ministério da Saúde	413	506	2.542	2.877	-82%
Doações Recebidas – Empresas Privadas	118	283	103	262	8%
Doações Recebidas – Município de Porto Alegre (RS)	1	1	5	12	-92%
Doações Recebidas – Secretaria Estadual de Saúde (RS)	18	29	40	64	-55%
Doações Recebidas – Bens Móveis e Imóveis	-	5	5	12	-58%
Doações Recebidas – Enchentes	974	1.177	155	155	659%
Exclusividade – Prestação de Serviços Bancários	2.351	4.710	2.207	4.370	8%
Exclusividade – Gestão Empréstimos Consignados	(248)	(465)	50	99	-570%
Receita Eventual – Recuperação de Créditos	243	271	73	453	-40%
Reversão de PECLD	-	96	-	-	-
Receita Eventual – Multas Contratuais	194	723	106	256	182%
Comissão por Intermediação de Negócios	1.732	1.732	-	426	307%
Aluguéis	26	58	36	72	-19%
Reversão de Provisões com Investimentos	159	420	-	115	265%
Total	5.981	9.546	5.322	9.173	3%

34.1 Doações Recebidas – Esta conta compreende os valores e bens recebidos a título de doação, tanto de entidades públicas quanto privadas. Entre os doadores destacam-se o Ministério da Saúde, bem como patrocinadores de projetos de pesquisa que destinam medicamentos para utilização nos estudos clínicos e científicos em desenvolvimento no Hospital. Adicionalmente, empresas do setor privado contribuem com doações de materiais de consumo e bens móveis.

34.2 Exclusividade na Prestação de Serviços Bancários – Esta rubrica compreende a receita auferida em decorrência do contrato firmado para a centralização do processamento da folha de salários e demais movimentações financeiras de pagamento a credores, celebrado com o Banco do Brasil S.A. O prazo de vigência do contrato 129/20, aditivo 202/25 é de sessenta meses, com vigência em de abril de 2025 a abril de 2030.

34.3 Exclusividade na Gestão de Empréstimos Consignados - Esta rubrica compreende as receitas provenientes da gestão do cadastro de empregados com empréstimos consignados. Tal gestão é operacionalizada por meio de um sistema fornecido pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda., o qual executa o controle operacional e gerencial das referidas operações de crédito.

34.4 Receitas Eventuais – Esta rubrica congrega diversas receitas de natureza operacional, incluindo a recuperação de créditos anteriormente provisionados para perdas, em virtude de seu recebimento em exercícios subsequentes, e as receitas oriundas da aplicação de multas contratuais a fornecedores, motivadas pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas nos respectivos instrumentos contratuais.

34.5 Comissão por Intermediação de Negócios – Representa o repasse de recursos financeiros recebido em contrapartida à arrecadação de taxas de inscrição para concursos públicos, cuja organização e execução foram contratadas junto a uma empresa especializada.

34.6 Aluguéis – Esta rubrica compreende as receitas provenientes do arrendamento operacional de áreas físicas a associações de funcionários, bem como de uma sala situada no Centro Administrativo do GHC, destinada à exploração de cafeteria pela empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP. Os contratos em que a Entidade figura como arrendadora são classificados como arrendamentos operacionais, em consonância com as disposições da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade. Os recebimentos relativos a esses arrendamentos são registrados mensalmente como receita de aluguel e reconhecidos segundo o regime de competência.

34.7 Reversão da Provisão com Investimentos – Referente ao resultado positivo apurado da AHPA, refletindo com variação aumentativa na conta de perdas com investimento no ativo.

NOTA 35 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual	Exercício Atual(a)	Período Anterior	Exercício Anterior(b)	Variação Período(a/b)
	01/04/2025 30/06/2025	01/01/2025 30/06/2025	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	
Outras Despesas Operacionais					
Provisão para Indenização Trabalhista	35.078	82.964	(39.550)	(71.024)	217%
Reversão da Provisão para Indenização Trabalhista	96	(16.975)	106.673	110.040	-115%
Provisão para Indenização Cível	4.930	9.982	(4.187)	(7.529)	233%
Reversão da provisão para Indenização Cível	(2.116)	(2.116)	4.906	5.174	-141%
Provisão para Indenização Cível – Imunidade Tributária	-	1	(38)	(50)	102%
Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD	426	635	(22)	(62)	1124%
Reversão de PECLD (Clientes)			-	114	-100%
Perdas Estimadas com Estoques	1.859	3.887	(765)	(1.550)	351%
Reversão de PECLD (Estoques)	(1.857)	(3.490)	716	1.491	-334%
Perdas Estimadas com Investimentos	-	-	-	-	-
Provisão para Riscos Fiscais	129	244	(130)	(199)	223%
Encargos Judiciais	367	736	(362)	(720)	202%
Mensalidades Associativas	61	125	(56)	(115)	209%
Perdas Patrimoniais	64	310	(73)	(96)	423%
Perdas Eventuais – Multas Contratuais	34	66	-	-	100%-
Perdas Eventuais – Outros Créditos	89	372	(18)	(280)	233%
Total	39.160	76.742	67.094	35.194	118%

Esta rubrica abrange as despesas reconhecidas segundo o regime de competência, concernentes às provisões para indenizações cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 22), perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6), perdas com investimentos (Nota Explicativa nº 14), provisão para perdas com estoques (Nota Explicativa nº 8) e provisão para riscos fiscais (Nota Explicativa nº 21). Incluem-se, outrossim, as despesas com encargos judiciais (de natureza cível e trabalhista), pensões vitalícias, custas processuais e honorários advocatícios, as mensalidades associativas devidas ao Sindicato dos Hospitais – SINDIOSPA e à Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino – ABRAHUE, bem como as perdas patrimoniais relativas ao valor residual de bens baixados do ativo.

NOTA 36 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Em novembro de 2024 entrou em vigor o Plano de Previdência Complementar: BB PREV Realize +, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob o nº 2012000665, autorizado pelo Conselho de Administração, através da ata nº 332 de 19 de junho de 2024, com patrocínio pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A e administração pela BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV) com benefícios programados apresentando as características das modalidades Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD). Até o 2T2025 a patrocinadora aportou um total de R\$ 20.049.237,31 referente a 2.462 funcionários ativos no plano.

NOTA 37 DESPESAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual	Exercício Atual(a)	Período Anterior	Exercício Anterior(b)	Varição Período(a/b)
	01/04/2025 30/06/2025	01/01/2025 30/06/2025	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	
Despesas Financeiras					
Juros Passivos	(5)	(19)	-	(1)	1800 %
Multas Compensatórias	(5)	(408)	(1)	(125)	283%
Encargos com FGTS	-	-	-	(1)	-100%
Variação Monetária	(2)	(4)	-	-	-
Total	(12)	(431)	(1)	(127)	239%

Engloba os dispêndios relativos a multas compensatórias, tarifas bancárias, juros passivos e outras variações passivas. Adicionalmente, compreende os juros referentes à atualização monetária das contas do passivo, reconhecidos em consonância com o princípio do regime de competência.

NOTA 38 RECEITAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual	Exercício Atual(a)	Período Anterior	Exercício Anterior(b)	Varição Período(a/b)
	01/04/2025 30/06/2025	01/01/2025 30/06/2025	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	
Receitas Financeiras					
Rendimento de Aplicação Financeira	1747	3614	2.165	3.516	3%
Juros sobre a Repetição de Indébito de Tributos	17	45	1.356	1.748	-97%
Juros sobre Outras Contas do Ativo	653	3300	10	497	564%
Varição Monetária Ativa – Depósitos Recursos (FGTS)	190	383	192	357	7%
Varição Monetária Ativa – Outras Contas do Ativo	40	155	2	416	-63%
Total	2647	7497	3.725	6.534	15%

Esta rubrica compreende, em observância ao regime de competência, os rendimentos auferidos em aplicações financeiras, os juros incidentes sobre as repetições de indêbitos reconhecidas no realizável a longo prazo, os juros e as variações monetárias pertinentes a diversas contas do ativo.

NOTA 39 SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Contas	Período Atual	Exercício Atual(a)	Período Anterior	Exercício Anterior(b)	Varição Período(a/b)
	01/04/2025 30/06/2025	01/01/2025 30/06/2025	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	
Repasses Recebidos					
Pessoal	428.534	863.552	384.106	733.030	18%
Pessoal – Devolução Depósitos Recursais Recebidos	(1.773)	(2.311)	(525)	(1.157)	100%
Benefícios da Folha de Pagamento	50.406	82.481	24.423	46.646	77%
Médicos Residentes	7.507	13.519	5.150	9.866	37%
Residência Multiprofissional	2.311	4.260	1.672	3.303	29%
Sentenças Judiciais Trabalhistas	6.818	10.663	5.288	9.550	12%
Sentenças Judiciais Cíveis	18	18	-	4	350%
Manutenção Custeio	90.485	159.926	83.537	145.905	10%
Manutenção Custeio – Repasse Não Recebido	599	27.432	854	26.209	5%
Manutenção Custeio – Cancelamento de Repasse	-	(5)	(7)	(9)	-44%
Manutenção Custeio – Emenda 19/2023	-	-	29	111	-100%
Manutenção Custeio – Crédito Extraordinário MP1248/2024	-	15	2.055	2.055	-99%
Reformas	2.230	2.696	1.914	3.907	-31%
Pensões	366	731	361	719	2%
Demais Custeios	-	-	(2)	(2)	-100%
Regularização de Subvenções	-	-	-	-	-
Total	587.501	1.162.977	508.855	980.137	19%

Os repasses financeiros recebidos do Ministério da Saúde e os valores pagos mediante cotas orçamentárias foram classificados como subvenção para custeio, em consonância com a Resolução do

Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. O reconhecimento dessas subvenções na receita ocorre quando os recursos são utilizados, na mesma proporção das despesas incorridas, destinando-se ao custeio de despesas com pessoal, encargos sociais, benefícios em folha, indenizações cíveis e trabalhistas, e demais gastos operacionais. Os recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde, anteriormente vinculados à prestação de serviços, passaram a ser disponibilizados diretamente no orçamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. pela Lei Orçamentária Anual nº 15.121, de 10 de abril de 2025, e na Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024. Tais recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo montante total orçado (Nota Explicativa nº 7), tendo como contrapartida uma conta do passivo circulante (Nota Explicativa nº 23). As despesas com materiais de consumo e serviços a serem liquidadas com esses recursos são registradas contabilmente segundo o regime de competência, na mesma proporção em que a receita é transferida do passivo circulante para a conta de subvenção para custeio. À medida que os recursos são efetivamente repassados pelo Ministério da Saúde, em função da necessidade financeira de desembolso do Hospital, ocorre a baixa correspondente no ativo circulante.

NOTA 40 LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Contas	Período Atual	Exercício Atual(a)	Período Anterior	Exercício Anterior(b)	Variação Período(a/b)
	01/04/2025 30/06/2025	01/01/2025 30/06/2025	01/04/2024 30/06/2024	01/01/2024 30/06/2024	
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(113.992)	(178.508)	63.993	20.933	-953%
Provisão/Reversão para Indenizações Trabalhistas	35.174	65.988	(67.123)	(39.016)	-269%
Provisão/Reversão para Indenizações Cíveis	2.813	7.866	(719)	2.355	234%
Provisão/Reversão para Indenizações Cíveis – Imunidade Tributária	1	1	38	50	-98%
Provisão/Reversão para Riscos Fiscais	129	244	130	199	23%
Prejuízo do Exercício Ajustado	(75.875)	(104.409)	(3.681)	(15.479)	575%
Nota: Prejuízo do Exercício Ajustado após exclusões e adições das provisões cíveis, trabalhistas, riscos fiscais e investimento.					

Visando à adequada determinação do resultado do período findo em 30 de junho de 2025, o prejuízo de R\$ 178.508 foi ajustado pela incorporação dos impactos decorrentes da constituição e reversão de provisões de natureza trabalhista e cível. Após a efetivação desses ajustes, o prejuízo apurado apresentou uma redução significativa, situando-se na ordem de R\$ 104.409, em comparação com o resultado negativo de R\$ 15.479 registrado no mesmo período de 2024.

Salienta-se que a recorrência de resultados deficitários tem ocasionado a progressiva elevação do saldo da conta de prejuízos acumulados, culminando em um Patrimônio Líquido negativo. Dada a sua natureza de estatal dependente, cujos aportes financeiros ocorrem em função de suas necessidades de desembolso, a obtenção de lucro em seus resultados financeiros tende a ocorrer apenas em situações específicas e pontuais.

NOTA 41 CONTA DE COMPENSAÇÃO

Em janeiro de 2025, procedeu-se à implantação, nos sistemas de estoque e controle de dispensação do Grupo Hospitalar Conceição, do montante de R\$ 35.329.822,60, concernente aos estoques recebidos em decorrência da descentralização dos serviços de saúde na filial estabelecida no Rio de Janeiro. A partir desta data, esse quantitativo, materializado pelo Ofício nº 62/2024 de contagem integral dos estoques, passou a ser gerido e controlado pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

Conforme preconiza a Portaria nº 5.514, de 14 de outubro de 2024, esses valores permanecerão registrados em contas de compensação, com o objetivo de assegurar o controle e a relevância desta destinação patrimonial, até a manifestação formal do Ministério da Saúde acerca de sua destinação definitiva.

Descrição	Implantação	Aquisições	Saldo Final
Implantação HFB Ofício 62/2024	35.330	5.657	40.987

Demonstração do Saldo de Conta de Compensação – Estoques Descentralizaados (R\$mil)

Ao findar o 2º trimestre de 2025, a filial do Rio de Janeiro recebeu um adicional de R\$ 5.656.850,87 em materiais, os quais foram incorporados ao estoque para dispensação e, similarmemente, estão sendo controlados por meio de contas de compensação, aguardando a diretriz do Ministério da Saúde para sua correta alocação patrimonial

NOTA 42 COBERTURA DE SEGUROS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2025	31/12/2024
Limite Máximo de Indenização		
Incêndios	204.330	204.330
Roubos e/ou Furtos de Bens	2.724	2.724
Responsabilidade Civil das Operações	2.724	2.724
Veículos	580	580
Seguro de Vida em Grupo	59	59
Seguro Responsabilidade Civil para Administradores	12.150	12.150
Total	222.567	222.567

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros contra o patrimônio. A apólice para cobertura de incêndio (inclui explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza), roubos e/ou furtos de bens e responsabilidade cível, tem vigência de 12/08/2024 a 12/08/2025 e a apólice do seguro dos veículos para cobertura de danos materiais, corporais, morte acidental e invalidez

permanente, tem vigência de 18/11/2024 a 18/11/2025, 24h. O seguro de vida em grupo contratado em cumprimento a Lei nº 11.788/08, Art. 9º, Inciso IV, Parágrafo Único, para a Residência Multiprofissional desde 18/09/2017, prevê cobertura de assistência funeral, invalidez por doença ou por acidente parcial ou total, está sendo renovada anualmente. A vigência do aditivo atual é de 24/11/2024 a 23/11/2025. No segundo trimestre de 2025 foi contratado seguro para cobertura de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) com vigência de 30/04/2025 a 30/04/2026.

NOTA 43 DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao Inciso VI do Art. 8º da Lei nº 13.303/16, informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Contas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	31/03/2025	31/03/2024	
PRODUÇÃO/QUANTIDADE			
Consultas / Atendimento / Acompanhamento	451.274	453.097	-1%
Procedimentos Clínicos	130.838	113.994	15%
Procedimentos com Finalidade Diagnóstica	866.783	727.406	19%
Internações	14.508	15.683	-7%
Procedimentos Cirúrgicos	26.080	18.377	42%
Partos	1.616	1.853	-13%
Total	1.491.099	1.330.410	12%
INDICADORES HOSPITALARES (MÉDIA)			
Média de Permanência Hospitalar	7,81 dias	7,54 dias	
Taxa de Ocupação Hospitalar	84,59%	85,29%	
Taxa de Mortalidade Institucional	3.87%	3,88%	

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. adotou, a partir de janeiro de 2024, novo software para informar a produção das suas unidades hospitalares, a saber: o Tab Win. Este programa tem por finalidade permitir às equipes técnicas do Ministério da Saúde, das Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais de alimentar os sistemas de informações do SUS - Sistema Único de Saúde. Os indicadores de produção de serviços antes eram gerados pelo GHC Sistemas, software próprio, o qual, atualmente, tem por objetivo produzir informações para tomada de decisão interna. A produção quantitativa fica disponível, aproximadamente, 90 dias após o fechamento do período no Sistema Tab Win, portanto os dados apresentados referem-se ao primeiro trimestre de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024. Os indicadores acima listados sintetizam a produção qualitativa do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS.

NOTA 44 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS

Até o segundo trimestre de 2025 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todas as obrigações e investimentos assumidos e realizados pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. observaram estritamente seus objetivos sociais, conforme delineado no Artigo 2º do seu Estatuto Social. As referidas transações encontram-se devidamente contabilizadas e apresentadas nas demonstrações contábeis. Destarte, em consonância com o Inciso I do Parágrafo 2º do Artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade, bem como com o Parágrafo 2º do Inciso IX do Artigo 8º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e o Artigo 13 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, inexistem valores a serem informados nesta nota explicativa concernentes a obrigações e responsabilidades assumidas em desacordo com os

objetivos sociais da Entidade.

NOTA 45 CONTINUIDADE OPERACIONAL

A sustentabilidade financeira do Hospital depende da manutenção constante e equilibrada das subvenções para custeio e dos adiantamentos para futuro aumento de capital (Notas 7, 23, 27 e 39) repassados pelo Ministério da Saúde, recursos imprescindíveis para a continuidade da assistência hospitalar integralmente gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

NOTA 46 EVENTOS SUBSEQUENTES

Do dia 30 de junho de 2025 até a data de emissão destas demonstrações, 11 de setembro de 2025, não se verificaram eventos de natureza tal que pudessem impactar significativamente a situação patrimonial, econômica e financeira retratada nas demonstrações contábeis ora apresentadas.

GILBERTO
BARICHELLO:52101282968

Assinado de forma digital por
GILBERTO BARICHELLO:52101282968
Dados: 2025.09.23 15:58:41 -03'00'

Gilberto Barichello
Diretor-Presidente
CPF 521.012.829-68

JOAO CONSTANTINO
PAVANI
MOTTA:20295456000

Assinado de forma digital por
JOAO CONSTANTINO PAVANI
MOTTA:20295456000
Dados: 2025.09.23 16:21:52 -03'00'

João Constantino Pavani Motta
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 202.954.560-00

QUELEN TANIZE
ALVES DA
SILVA:77966457087

Assinado de forma digital por
QUELEN TANIZE ALVES DA
SILVA:77966457087
Dados: 2025.09.23 15:49:29 -03'00'

Quelen Tanize Alves da Silva
Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação
CPF 779.664.570-87

LUIS ANTONIO
BENVEGNUM:48457990063

Assinado de forma digital por LUIS
ANTONIO BENVEGNUM:48457990063
Dados: 2025.09.23 16:09:14 -03'00'

Luis Antônio Benvegnu
Diretor de Atenção à Saúde
CPF 484.579.900-63



Documento assinado digitalmente

FERNANDO DA CUNHA SOARES
Data: 24/09/2025 08:34:50-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando da Cunha Soares
Contador CRC/RS- 093951/O-4
CPF 019.604.250-05



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Relatório sobre a revisão das Demonstrações
Contábeis Intermediárias.

Referente ao 2º trimestre de 2025.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.



RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e aos Diretores do

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração do Hospital é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Ênfase

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 45, das demonstrações contábeis, que descreve que a sustentabilidade financeira do Hospital depende da manutenção constante e equilibrada das subvenções para custeio e dos adiantamentos para futuro aumento de capital (Notas 7, 23, 27 e 39) repassados pelo Ministério da Saúde, recursos imprescindíveis para a continuidade da assistência hospitalar integralmente gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Esses eventos e condições, conforme descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional do Hospital. Nossa conclusão não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Hospital e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 19 de setembro de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ELIANE TANIA Assinado de forma digital
por ELIANE TANIA
RESMINI:6507 RESMINI:65073061004
3061004 Dados: 2025.09.23
10:17:11 -03'00'
Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica